

O CRESCIMENTO DA POBREZA

Limites das fontes estatísticas em Portugal e resultados possíveis

Comunicação apresentada ao colóquio *Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermédias*, Lisboa, CESNOVA – FCSH, 23 a 25 de Janeiro de 2013.

Fernando Diogo
CES-UA
Universidade dos Açores
fdiogo@uac.pt

RESUMO: A rapidez e a profundidade das transformações sociais por que está a passar a sociedade portuguesa colocam desafios e agudizam tensões no desenvolvimento das políticas públicas, especialmente nas que têm como objetivo a redução da pobreza ou a minimização dos seus efeitos. Coloca-se a questão da fiabilidade dos instrumentos de informação estatística disponíveis para conceber e monitorizar essas políticas, face à rapidez e profundidade do agravamento dos indicadores indiretos de pobreza e de degradação da situação social em geral.

A partir da recente publicação dos dados do IDEF 2010/2011, explora-se as limitações das fontes estatísticas para medir a pobreza em Portugal. Para realizar este trabalho, mobilizam-se dados estatísticos do IDEF 2005/2006 e 2010/2011, do ICOR (2003-2010), assim como outras estatísticas.

As conclusões vão no sentido da manutenção do essencial das principais categorias sociais afetadas pela pobreza, embora com um aumento do seu volume e da sua intensidade. Discute-se as condições para a emergência, pela primeira vez em Portugal, de uma nova categoria social de indivíduos em situação de pobreza, os novos pobres.

Palavras-chave: Pobreza, medição, evolução, crise

Introdução

A análise da pobreza em Portugal chegou a um impasse, provocado por dois processos concomitantes, cujo efeito combinado é o de ocultação da evolução e características da pobreza.

Referimo-nos, em primeiro lugar, às grandes transformações sociais, com amplas repercussões entre os mais despossuídos, que têm perpassado o país e, em segundo, às evidentes debilidades estatísticas e conceituais dos principais indicadores usados pelo estado português e pela UE para medir a pobreza. De ambos estes processos daremos conta detalhada neste texto.

Desde as primeiras análises sobre o assunto, desenvolvidas a partir dos anos 80, através dos estudos da Cáritas Portuguesa coordenados por Bruto da Costa e Manuela Silva (1985, 1989), passando pelo recrudescimento do interesse pelo problema com a introdução do Rendimento Social de Inserção em 1997, as estatísticas oficiais disponíveis para lidar com a pobreza caracterizaram-se sempre pela sua escassez. De destacar, a introdução, em 2003, do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento/*Statistics on Income and Living Conditions* (ICOR EU-SILC) que substituiu o Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia (Batista e Perista, 2010: 41), instrumento que, desde 1995, fornecia resultados sobre a pobreza (Capucha, 2005: 106).

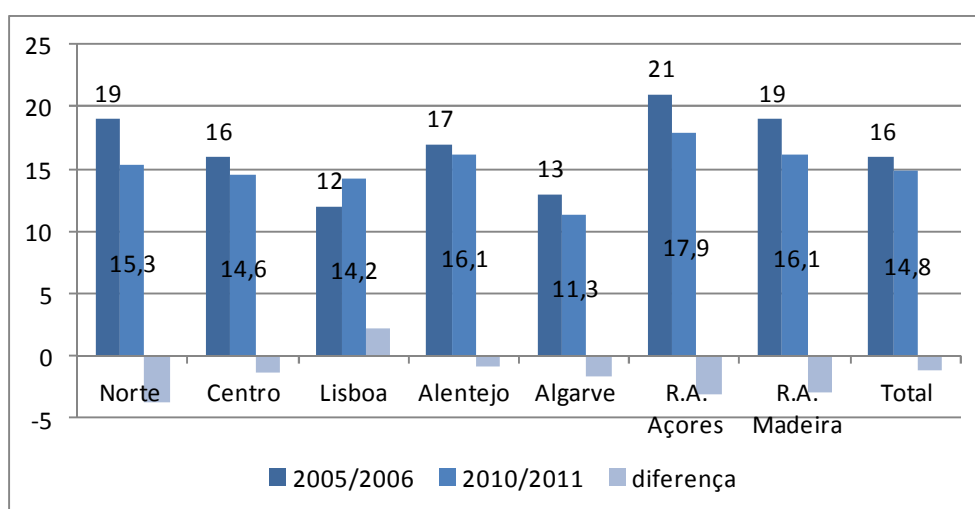
Complementarmente, a análise da pobreza tem-se feito a partir dos dados do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) e seus antecessores (Inquérito aos Orçamentos Familiares, IOF e Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias, IRDF, Capucha, 2005: 110 e Rodrigues, 2007: 122), tendo este inquérito a desvantagem de ser quinquenal e a vantagem de ser estatisticamente significativo para as diferentes regiões do país (NUTS II).

Este texto focaliza-se nestes instrumentos, nos seus resultados e na exploração das suas limitações, em ordem a abrir a porta à sua utilização crítica e ao uso de outras formas de aferir o problema da pobreza em Portugal, tendo em conta as transformações sociais (ou mudanças sociais) que referimos.

Constatação de partida: a taxa de pobreza em Portugal quase não mudou desde 2008

Se analisarmos as principais fontes estatísticas oficiais sobre a pobreza em Portugal podemos realizar duas constatações, relativamente à sua evolução recente (2005-2011): os dados do IDEF mostram-nos uma descida da taxa de pobreza e os do ICOR uma descida, seguida de subida e de estagnação, verificando-se esta última tendência nos anos mais recentes.

Gráfico 1. Taxa de risco de pobreza IDEF (2005/2006 e 2010/2011)

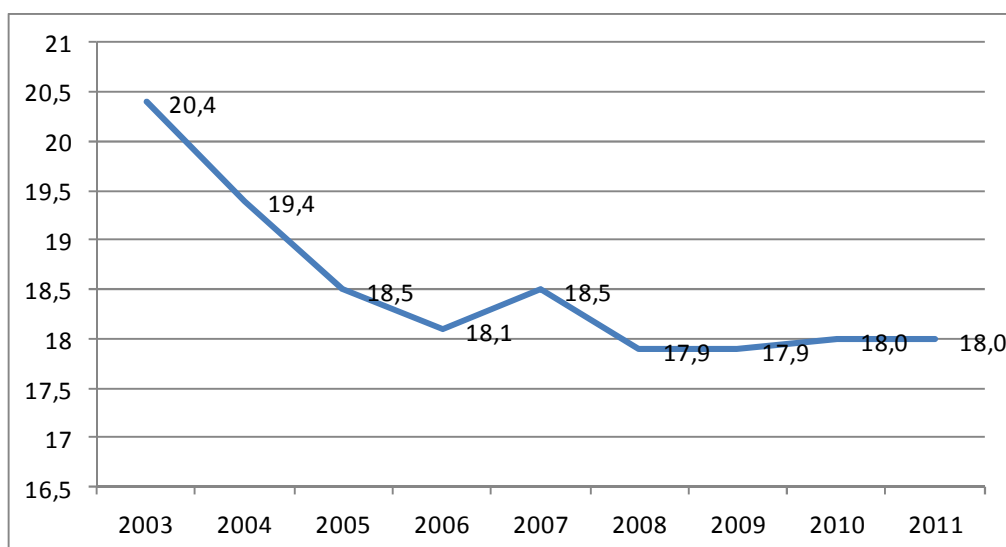


Fonte: IDEF 2005/2006 e 2010/2011

De forma aprofundada, podemos verificar através dos dados IDEF que de 2005 (ano de recolha dos dados da edição 2005/2006) para 2009 (ano de recolha dos dados da edição 2010/2011) a pobreza desceu no país, de um valor de 16% para 14,8%. Esta é uma descida que, de forma mais ou menos acentuada, se verifica em todas as regiões, com a exceção de Lisboa e Vale do Tejo. De notar que, nesta última, a subida da taxa de risco de pobreza de 12% para 14,2% não lhe retira o estatuto de uma das regiões com a menor taxa do país, só superada, em 2010/2011, pelo Algarve.

Contudo, é precisamente a partir de 2009 que os efeitos mais agudos do agravamento da crise financeira, económica e social se começam a sentir. Assim, para termos informações sobre os efeitos desta crise no aumento da pobreza devemos recorrer aos dados do ICOR.

Gráfico 2. Evolução da taxa de risco de pobreza em Portugal, em % da população residente (2003-2011)



Fonte: INE, dados do ICOR

Os dados do ICOR apresentam uma redução da pobreza no país, de um valor de 20,4% em 2003 para 18,0% em 2011. Mais detalhadamente, pode observar-se que, na segunda metade do período em análise, se verifica um aumento significativo entre 2006 e 2007, e uma estabilização (ou estagnação) nos anos mais recentes, entre 2008 e 2011.

Pode alegar-se que as diferentes tendências que as duas fontes apresentam respeitam ao facto de se reportarem a períodos temporais que não são totalmente coincidentes. Nesse sentido, apresentamos abaixo os valores das duas taxas para os anos em que coincidem, 2005 e 2009 (correspondendo aos anos em que os dados IDEF foram recolhidos):

Quadro 1. Comparação taxas de risco de pobreza ICOR e IDEF, 2005 e 2009, Portugal

Fonte	2005	2009	Tendência
ICOR	18,5%	17,9	Descida -0,6
IDEF	16%	14,8%	Descida -1,2
Diferença entre as fontes	2,5%	3,1%	-

Fontes: ICOR 2005 e 2009 e IDEF 2005/2006 e 2010/2011

Quer dizer, os dados das duas fontes apresentam a mesma tendência de descida entre os dois anos em análise. Contudo, ficamos em presença de um prolema adicional, verifica-se uma taxa de risco de pobreza maior nos dados do ICOR do que nos do IDEF. Consideramos que isso se deve ao facto da metodologia seguida na recolha de dados no IDEF ser mais robusta, pois lida melhor com o rendimento não monetário, algo a que corresponde sensivelmente um quinto, 20%, do total dos rendimentos das famílias no

IDEF (Rodrigues, 2010: 123)¹. Estamos, portanto, no campo das diferenças nas metodologias de recolha de dados entre estes dois inquéritos (mas não na fórmula de cálculo da pobreza).

Voltando à questão da tendência da taxa de risco de pobreza. Se não possuímos dados para o IDEF posteriores a 2009, os dados do ICOR mostram uma estabilização da taxa entre 2008 e 2011, como vimos. Contudo, poder-se-ia pensar (e colocar como hipótese) que o aumento da taxa de risco de pobreza se acentuou em Portugal com o agravamento da crise económica, algo que se deu em 2008. E poder-se-ia acrescentar que a implementação de medidas políticas tendo em vista a redução do deficit, algo que se intensificou a partir de 2009, tornaria esse crescimento mais intenso. Contudo, manifestamente, não é isso que nos é dado pela taxa de risco de pobreza ICOR-EUSILC.

A primeira questão que se coloca é: até que ponto os efeitos da crise no aumento da pobreza não têm sido sobrevalorizados, por via da sua exacerbação através da luta política e da necessidade jornalística de notícias com impacto? Por outras palavras, se o aumento da pobreza parece estar presente nas agendas jornalísticas e política, corresponderá esse efeito de agendamento ao aumento do número de pessoas em situação de pobreza? Para percebermos a dissonância entre a inamovibilidade da taxa de risco de pobreza oficial e a perceção pública de que a pobreza está a crescer, devemos consultar indicadores que nos permitam perceber a questão para além dos termos que produziram esta dissonância.

MAS, os indicadores indiretos de pobreza não param de se degradar

A tendência observada de manutenção da taxa de risco de pobreza contrasta flagrantemente com alguns importantes indicadores indiretos de pobreza que podemos observar. Desde logo, os indicadores de cariz subjetivo. Referimo-nos à perceção dos responsáveis das instituições de combate à pobreza e à exclusão social. As declarações públicas destes responsáveis têm sido, ao longo dos últimos anos, no sentido de reportar um aumento dos pedidos de ajuda, um esgotamento dos serviços e apoios que disponibilizam e o crescimento da pobreza, mormente, afetando indivíduos que, em

¹ O que está em causa no rendimento não monetário é, essencialmente, a autolocação, isto é, autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito INE (2012: 43).

muitos casos, pertenceriam, na sua avaliação subjetiva, às classes médias. Este tipo de afirmações é comum a todas as declarações deste género, sejam produzidas por responsáveis de instituições de âmbito mais geral, como a EAPN, a AMI ou a Cáritas Portuguesa, sejam das instituições cujo âmbito geográfico é mais circunscrito, como os centros sociais e paroquiais ou as associações locais.

Pode alegar-se que, apesar de tudo, esta perceção dos responsáveis das instituições não é um bom indicador do aumento da pobreza, dado que não há nelas qualquer preocupação ou fundamentação estatística, isto é, pode considerar-se que declarações deste tipo não são representativas da situação social do país, não passando de um efeito de agendamento dos media, ou de um efeito de *pack journalism* (jornalismo de rebanho). Portanto, pode-se alegar que, em si, esta fonte mais não faz do que fundar a dissonância acima mencionada, entre as agendas políticas e jornalísticas e as fontes estatísticas.

Um segundo indicador respeita ao grande conjunto de mudanças legislativas que, desde 2008, se têm traduzido em cortes nas prestações sociais, precisamente dirigidas aos indivíduos mais vulneráveis à situação de pobreza ou àqueles que estão em situação de pobreza. Referimo-nos ao abono de família, subsídio de desemprego, baixas médicas, complemento solidário para idosos (CSI) e rendimento social de inserção (RSI), assim como às pensões.

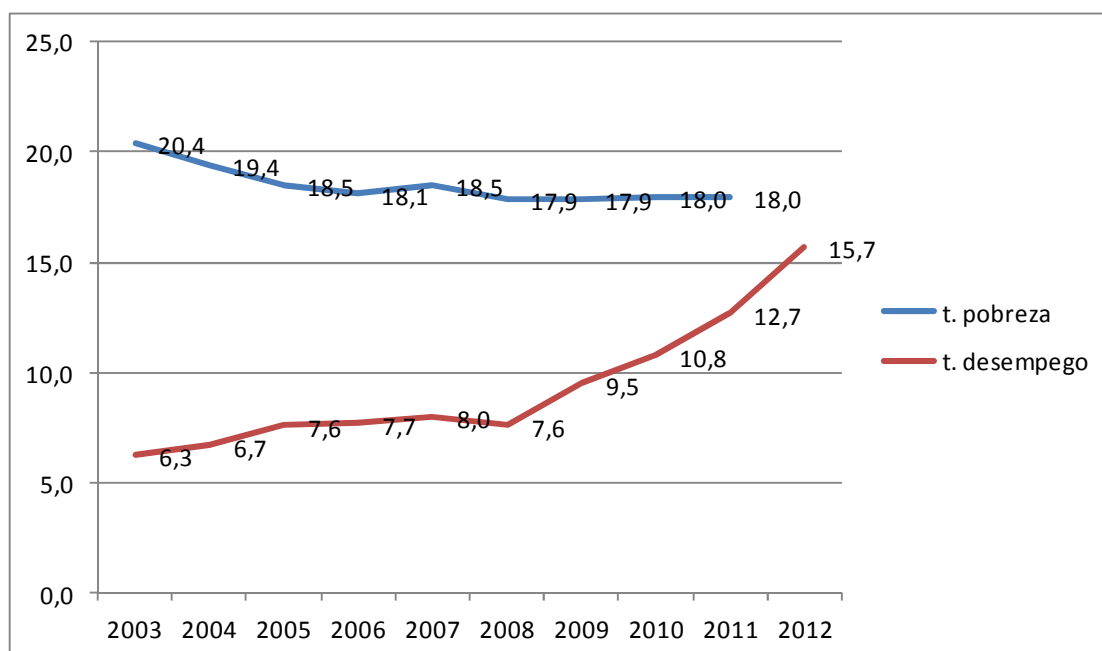
Vejamos o exemplo do RSI. As grandes transformações legislativas que tem vindo a sofrer ao longo do tempo foram sempre no sentido da redução do volume financeiro transferido para os indivíduos e da redução do número de beneficiários (e, logo, do volume financeiro global consignado). Como alterações mais significativas assinala-se i) a passagem de RMG (Rendimento Mínimo Garantido) para RSI em 2004, algo que levou a uma maior complexidade burocrática no requerimento e processamento da prestação; ii) a mudança legislativa de Junho de 2010 (D.L. 70/2010), tendo implicado a redução das prestações por via da eliminação dos apoios complementares; iii) a mudança legislativa que teve lugar em 27 de Junho de 2012 (D.L. 133), onde se reduziu os montantes máximos a atribuir por família e se instituiu a obrigatoriedade prévia do acordo de inserção, assim como o fim da renovação automática, medidas que vêm complexificar a prestação e adiar o seu recebimento, levando a menos beneficiários (e, logo, a menos custos). No mesmo sentido se pode interpretar, ainda na mudança legislativa de 2012, a inclusão de todos os habitantes da mesma casa no cálculo da prestação, algo que leva à redução do número de

beneficiários e do valor das prestações; e, finalmente, iv) a redução do valor das prestações consignada no orçamento de 2013, via diminuição em 6% da percentagem do Indexante de Apoios Sociais (419,22 euros), passando para 42,495% deste valor.

Contudo, pode alegar-se que boa parte destas prestações sociais, como o RSI, são dirigidas a quem já está em situação de pobreza, pelo que o efeito que têm é o de aumentar a intensidade da pobreza (agravando as condições de vida dos indivíduos pobres, afastando-os, para baixo, do limiar de pobreza) mas não têm impacto no volume de indivíduos em situação de pobreza e, logo, na respetiva taxa. Contudo, nem todos os indivíduos abrangidos por estas prestações sociais são, à partida, pobres e a redução dos seus montantes ou perda do direito a usufruir delas pode atirar os indivíduos para os braços da pobreza em números suficientemente grandes para que isso se reflita nas estatísticas. Note-se que estamos a falar de uma fonte de rendimento dos portugueses que é responsável por 23,9% do total (INE, 2012), a segunda maior fonte, logo a seguir aos rendimentos do trabalho. Mais, as transferências sociais (incluindo pensões), ainda segundo o INE (2012b: 2-3), reduziram a pobreza em 17,2% em 2010, valor que mostra a importância deste tipo de rendimento na redução da pobreza e o impacto potencial da diminuição dos valores a atribuir por pessoa no seu aumento.

Não obstante as controvérsias à volta da perceção dos dirigentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e dos efeitos dos cortes nas prestações sociais no aumento da pobreza, existem outras fontes que vão no mesmo sentido e que são inequivocamente representativas da situação portuguesa. Em primeiro lugar, o caso do desemprego. O valor do 4º trimestre de 2012 foi de 16,9% (INE, 2013), o maior valor desde que há registo em Portugal e muito longe do valor de 7,6% de 2008 (Pordata, 2013). Todavia, pode-se alegar que, nos últimos anos em Portugal, não tem existido ligação entre aumento do desemprego e aumento da pobreza, pelo contrário, como podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 3. Evolução da taxa de risco de pobreza em Portugal, em % da população residente (2003-2011) comparada com a taxa de desemprego (2003-2012)

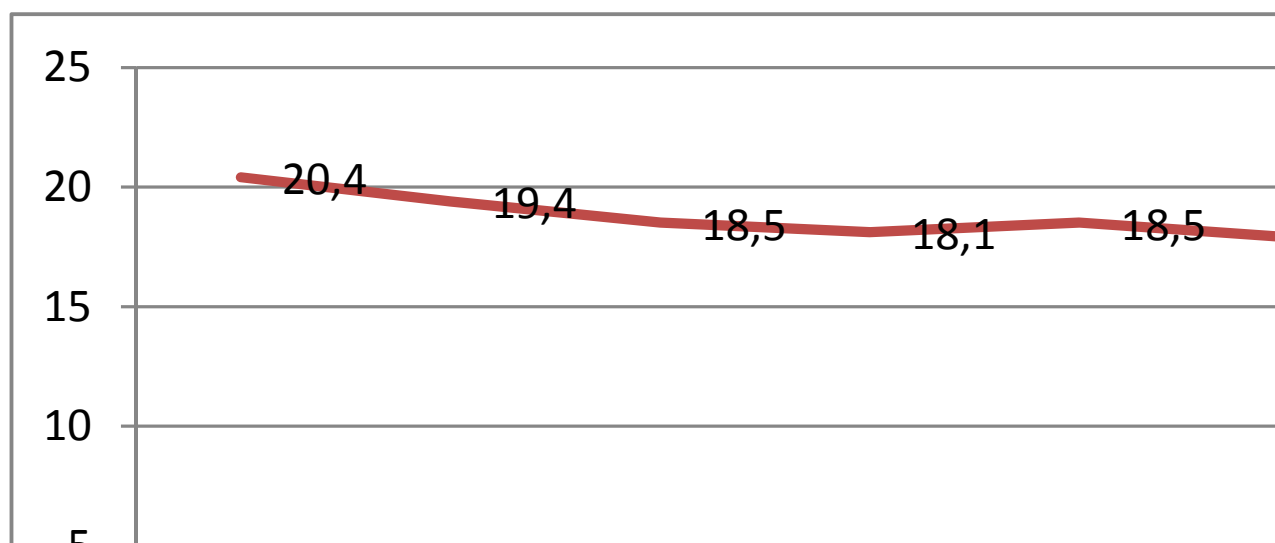


Fontes: Fonte: INE, dados do ICOR e Pordata, dados do INE, inquérito ao emprego

A independência entre a taxa de desemprego e a taxa de risco de pobreza é muito evidente. Contudo, este não deixa de ser um resultado estranho: se o rendimento dos portugueses depende, em grande parte do trabalho com 54,5% do total dos rendimentos das famílias a provirem desta fonte (sendo que isso é especialmente verdade para os que se encontram no primeiro quintil de rendimento, os mais pobres, INE, 2012: 52 e 56), não se percebe como é que o crescimento exponencial da taxa de desemprego, pelo menos desde 2009, não tem qualquer efeito no crescimento da taxa de risco de pobreza, tanto mais que é concomitante com a redução das prestações sociais, a outra grande fonte de rendimento dos portugueses.

Uma segunda fonte de cariz objetivo que contradiz a tendência de estabilização da taxa de risco da pobreza respeita aos dados do Produto Interno Bruto. O valor relativo a 2012 representa uma quebra anual de 3,2% na estimativa rápida do INE (2013b) e os dados referentes aos últimos anos mostram um processo de quase estagnação ou de quebra do produto, como se vê no gráfico seguinte (o mesmo acontecendo com o PIB per capita, cf. Pordata, 2013c):

Gráfico 4. Evolução da taxa de risco de pobreza em Portugal, em % da população residente (2003-2011) comparada com a variação do PIB (2003-2012)



Fontes: Pordata, INE–BP - Contas Nacionais Anuais (Base 2006) e INE, ICOR

Acrescente-se que os dados referentes ao PIB *per capita* em paridades do poder de compra para 2011 mostram uma redução de 2,9% do valor português face à média comunitária (INE, 2012c), trata-se de mais um indicador de degradação da condição económica dos portugueses, primeira condição para o aumento da pobreza. No mesmo sentido, os dados do INE sobre os custos do trabalho (INE, 2013c) mostram que estes se reduziram em 14,9%, no 4º trimestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. Sendo que no 3º trimestre, esta variação tinha sido de -14,2%, também face ao trimestre homólogo de 2011. Ora, se os custos de trabalho se estão a reduzir, e em valores significativos, isso quer dizer que os portugueses têm menos rendimentos do trabalho, algo que, como vimos, representa mais de metade dos rendimentos totais das famílias portuguesas. O mesmo se tinha já verificado em 2011, por relação com 2010, em que no 4º trimestre os custos com o trabalho tinham-se reduzido em 6,5%.

Mais ainda, um estudo recente da Comissão Europeia refere que, de entre os países com maiores problemas orçamentais, foi Portugal quem aplicou mais medidas com impacto nos mais vulneráveis à pobreza (CE, 2011: 18, 20, 23), levando a um agravamento (estimado) da pobreza em 2009 e afetando proporcionalmente os mais idosos e as crianças (e jovens). Os recentes aumentos de impostos associados ao congelamento de salários (e até à sua redução) e ao aumento dos bens e serviços

essenciais vêm, também retirar rendimentos aos portugueses e, como tal, aumentar a probabilidade de os indivíduos se tornarem pobres.

O conjunto de indicadores que acabámos de rever permite verificar que as principais fontes de rendimento dos portugueses, as transferências sociais e os salários estão em quebra, e com menos rendimento a probabilidade de pobreza aumenta, especialmente no caso do desemprego (dado que este significa um corte radical nos rendimentos, especialmente quando se acaba o subsídio de desemprego). A estes indicadores devemos, ainda, juntar o grande aumento da carga fiscal que se verificou em Portugal nos últimos anos, quer em sede de IVA, quer de IRS.

Como explicar esta contradição?

A questão que se coloca é, portanto, a de que não é crível que a pobreza não se tenha agravado em Portugal nos últimos anos, mau grado a tendência de estagnação exibida pela taxa de risco de pobreza ICOR-EUSILC. O que justifica o comportamento desta taxa? Podem ser invocadas dois tipos de explicações, as que se desenvolvem no quadro concetual que fundamenta a taxa em causa e as que assumem uma posição crítica em relação a este quadro.

a. Explicações dentro do quadro concetual da definição da pobreza

i. Redução do limiar oficial da pobreza

Relativamente às explicações dentro do quadro concetual da definição da pobreza, centremo-nos no período de 2008 a 2011, os anos em que a taxa estagna. Podemos encontrar o início da atual crise financeira, económica e social europeia em 2008 (sendo que Portugal já estava em crise antes disso, a crise europeia veio agravar, em muito, a nacional), contudo, o crescimento da taxa de desemprego e as medidas de corte na despesa com forte impacto no agravamento das condições de vida dos portugueses pertencentes às categorias sociais mais baixas não foram imediatamente tomadas e os seus efeitos não foram imediatamente sentidos, vimos, no estudo da Comissão Europeia (CE, 2011), que os primeiros impactos se verificaram em 2009, ano em que também a taxa de desemprego mostra uma aceleração do seu agravamento.

A primeira explicação para a dissonância entre os indicadores indiretos e os resultados da taxa ICOR tem a ver com as limitações da definição oficial de pobreza: de 2009 para 2010, o limiar da pobreza, por via da redução do PIB (e, portanto, do rendimento dos indivíduos em cuja mediana se baseia o cálculo da linha de pobreza), diminuiu, passando de 434 para 421 euros mensais (OD, 2012). É de esperar que o mesmo se tenha verificado noutros anos deste período. Por outras palavras, a definição oficial de pobreza é relativa ao rendimento mediano do país, se este baixa, como vem a acontecer em Portugal, também baixa o limiar de pobreza contido na definição oficial de pobreza. Desta forma, minimiza-se o número de pobres em função do empobrecimento geral do país. Existem duas consequências a retirar deste raciocínio:

Em primeiro lugar, indivíduos com rendimentos ligeiramente abaixo do limiar de 2009 deixam de ser pobres em 2010, sem que o seu rendimento mude, mudando apenas o limiar de pobreza, para baixo, na escala dos rendimentos.

Em segundo, indivíduos que viram os seus rendimentos reduzidos em 2010 e que, pelos critérios de 2009, entrariam em situação de pobreza, ficam acima desta linha em 2010. Estes dois raciocínios podem ser aplicados a vários dos restantes anos do período em que se verifica a estagnação da taxa 2008-2011.

ii. Degradação das condições de vida das classes médias que, apesar de tudo, não atira as pessoas das classes médias para baixo do limiar de pobreza

Todavia, estas explicações para a manutenção da taxa de pobreza nos últimos anos não parecem ser suficientes para justificar a estagnação face a um agravamento significativo da situação social, como foi acima explicado, tanto mais que estamos perante uma descida relativamente pequena do limiar de pobreza, no caso em apreço, 13 euros².

Assim, coloca-se a hipótese de que parte da manutenção da taxa de pobreza é explicado pelo facto do agravamento da situação social e económica atingir os indivíduos das classes médias, levando ao seu empobrecimento e degradação, mas

² Sem esquecer que, para os indivíduos com rendimentos muito baixos, uma quantia percebida como pequena para outras categorias sociais assume, para eles, um outro valor, quer subjetivamente, quer no contexto do seu rendimento. Nesse sentido, recorde-se que 13 euros representam 3% do limiar de pobreza em 2009 e uma taxa de variação negativa 2009-2010 de -2,9%.

conservando-os acima do limiar de pobreza. Aliás, a hipótese da vulnerabilidade e da fragilização da classe média portuguesa foi recentemente colocada, também a propósito da atual crise (Estanque, 2012: 101).

Não obstante, a força do aumento do desemprego (associada aos cortes nas prestações sociais, à queda do PIB, a outros fatores como o aumento dos impostos e à perceção dos dirigentes das IPSS), implica que a hipótese de fragilização das classes médias conservando rendimentos que lhes permitam manterem-se à tona de água, não nos parece suficiente para explicar a imobilidade da taxa de risco de pobreza.

b. Explicações críticas do quadro conceptual da definição oficial de pobreza

i. Crítica da definição oficial de pobreza

É, portanto, necessário outro tipo de explicações para justificar a estagnação da taxa de risco de pobreza ICOR, a partir da crítica aos conceitos usados. A problematização do conceito de pobreza (e de exclusão social), assim como a sua medição têm sido alvo de um elevado número de reflexões³, contudo, as transformações recentes do problema em Portugal, das quais pretendemos dar conta neste texto, condicionam o alcance dessas discussões, dado que modificam substancialmente o substrato empírico que as enquadra. Neste sentido, pretendemos, na sequência de outros textos (Diogo, 2006), adicionar outras explicações ao debate. A primeira dessas explicações tem a ver com a própria definição oficial de pobreza.

ii. Crítica do próprio conceito de pobreza

A questão central respeita às limitações do conceito de pobreza presente no IDEF e no ICOR. Qualquer que seja a definição escolhida recorta-se uma categoria social que é, em larga medida, arbitrária e engloba um conjunto muito variado de pessoas (Glewwe e Van der Gaag, 1989: 2, Pereira, 2010a: 5 e Townsend, 1993: 86). O número e as características dos indivíduos em situação de pobreza variam consideravelmente em função da definição escolhida, pelo que as políticas sociais de mitigação e combate

³ Para uma revisão crítica dessas referências veja-se Capucha (2005: 65 e ss) e Pereira (2010b: 23 e ss).

adotadas dependem, então, de fatores arbitrários, característica que não ajuda à sua boa execução.

Na definição oficial de pobreza, proveniente da União Europeia, em particular do Eurostat (que é a presente no IDEF e no ICOR), considera-se pobre quem tem um rendimento abaixo de 60% da mediana do rendimento nacional por adulto equivalente. De notar que para o Eurostat está em causa o limiar de risco de pobreza e não o limiar de pobreza, embora, na prática, seja a mesma coisa. Esta definição é perfeitamente arbitrária, não havendo um fundamento científico claro para a sua adoção (D'Agostino & Duvert, 2008: 15). E, além disso, fornece apenas algumas informações sobre a pobreza, de carácter mais descritivo (Capucha, 2005: 71), não dando conta da sua multidimensionalidade e da sua relação com as desigualdades mais amplas que estruturam as sociedades. Neste sentido, têm sido apresentadas propostas para a sua substituição por conceitos com maior fundamentação teórica e social (vide, por exemplo, Pereira, 2010a e 2010b). Elvira Pereira (2010a: 9) estabelece, aliás, o limiar da pobreza em 75% do rendimento mediano por adulto equivalente (para Portugal), a partir dos recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas, como alternativa à definição adotada pelo Eurostat.

Acresce que será muito difícil, em qualquer circunstância, medir, dar conta e expressar um problema social tão complexo como a pobreza num único número síntese. É, em parte, tendo em conta esta dificuldade que nas estatísticas proporcionadas pelo ICOR se juntou as ideias de privação material e de pessoas entre 0 e 50 anos vivendo em agregados familiares com baixa intensidade de trabalho (cf. por exemplo, Eurostat, 2012).

iii. Competição com os conceitos de senso comum

As consequências da fragilidade desta definição estão relacionadas com a ideia de que a pobreza é muito mais do que uma categoria analítica. Com efeito, em primeiro lugar, a simples substituição das noções de senso comum relativas à pobreza, através do processo de rutura epistemológica, não produz os resultados esperados.

No caso vertente, as noções de senso comum são parte da realidade social e contribuem para a sua construção, dada a forma como fundamentam as decisões e ações do atores, quer numa perspetiva individual, quer enquadrados em instituições. As

categorizações do senso comum, pelo menos no que respeita às ciências sociais, são parte importante da realidade social que se procura compreender (Ogien, 1983: 18 e ss e Thomas, 1928, cit. Bühler-Niederberger, 2010a:156), pelo que não faz sentido produzir um processo de rutura que as ignore. Quer dizer, se o senso comum não é o motor das ciências sociais é boa parte da realidade que se pretende estudar, portanto, a rutura é com uso do senso comum como instrumento de compreensão da realidade, mas ele existe no trabalho das ciências sociais como objeto.

Isto significa que as medições de pobreza que não contam com a perceção dos indivíduos estão, à partida, fragilizadas.

Em segundo lugar, a substituição de uma noção de senso comum por uma noção construída no seio da ciência, sobretudo com fracas bases teóricas, implica que esta definição “científica” alternativa vá concorrer com as definições do senso comum na construção da realidade social.

No limite, as noções de cariz científico são apropriadas pelo senso comum e tornam-se, elas próprias, parte da realidade que se pretende explicar (Capucha, 2005: 66 e Diogo, 2006). Neste sentido, assumem relevo dois exemplos de grande interesse, por um lado, a apropriação dos termos da psicanálise, pelos indivíduos, incorporando-os na sua linguagem do dia-a-dia e nas suas representações sociais, algo que foi estudado por Moscovici (1976 [1961]), por outro, o processo de produção e reprodução das classes sociais nas sociedades ocidentais, dado que este processo contou com um amplo contributo teórico da sociologia, apropriado pelos indivíduos e responsável por boa parte da configuração concreta das classes sociais e pelo seu devir histórico (Accardo, 1991).

Portanto, pode-se colocar como hipótese que um dos efeitos desta definição oficial de pobreza é o de contribuir poderosamente, através do mecanismo da categoria oficial (Diogo, 2007), para rotular como pobres os indivíduos por ela abrangidos contribuindo para a sua menorização social e esquecendo outros que, por algum motivo, não são abrangidos mas que passam pelo mesmo tipo de dificuldades. Sobre esta última possibilidade note-se que, como Eduardo Vitor Rodrigues tem afirmado nas suas intervenções, os membros das classes médias que viram os seus rendimentos diminuírem e o seu nível de compromissos manter-se (designadamente créditos vários) ficam com um rendimento disponível que os pode colocar abaixo do limiar de pobreza, nas dificuldades do dia-a-dia que sentem, embora, formalmente, estejam acima.

iv. Centramento nos pobres versus centramento nas desigualdades sociais

Finalmente, a opção metodológica pela análise das problemáticas sociológicas da estratificação social e das desigualdades sociais a partir da ideia de pobreza encerra uma opção política e limita cientificamente a análise. Este problema não está relacionado especificamente com a definição de pobreza do Eurostat mas com todas as definições que se possam encontrar deste conceito.

Em relação à limitação científica, a pobreza é uma questão que tende a ser abordada na perspectiva dos indivíduos: da relação dos indivíduos com as instituições, dos problemas dos indivíduos, dos efeitos da pobreza nos indivíduos, das características dos indivíduos... enfim, implica o risco de se aceitar uma visão do mundo em que o funcionamento da sociedade está focado nos indivíduos que estão abaixo de um certo patamar num conjunto de escalas sociais relevantes (Paugam, 1991), com destaque para a questão dos rendimentos e do consumo. Ora, os indivíduos que sofrem da situação de pobreza são apenas uma parte dos processos sociais que os levaram aí e para compreender a pobreza (e poder atuar sobre ela) não basta cingir-nos aos indivíduos nessa situação, sendo necessário trabalhar as questões das desigualdades sociais e das formas extremas de estratificação social. Por outras palavras, uma teoria sobre a origem, características e efeitos sociais da pobreza não é possível sem o seu enquadramento numa teoria mais geral de compreensão e explicação da estratificação e das desigualdades sociais. Centrar a pobreza nos pobres e esquecer ou minorar o papel da sociedade é algo que é induzido pela própria ideia de pobreza. Só a consciência crítica dessa limitação pode levar a abordagens que tenham em conta as dimensões sociais desta problemática e, dessa forma, construir um conhecimento sociológico pertinente sobre a realidade social. A definição oficial de pobreza não contém qualquer reporte a este enquadramento societal da pobreza, sendo, por isso, limitativa da sua caracterização e explicação.

v. Opção política

O estudo da pobreza sem ter em conta as dimensões sociais acaba, em consequência, por ser uma opção política, dado que se encerra o problema nos

indivíduos em situação de pobreza não problematizando o papel na produção e reprodução da pobreza destas dimensões sociais, e dos indivíduos e instituições que lhes dão corpo, desde logo as elites, as classes dominantes e as corporações (conceitos que se intercetam mas que não se confundem).

Assim, corre-se o risco de poupar a sociedade a uma análise crítica do seu funcionamento, construindo um objeto de investigação que, muito provavelmente, não dará boa conta da realidade social. Não se trata de uma fatalidade, mas estamos perante uma inclinação a agir (mobilizando a expressão que Bourdieu criou com outros propósitos) que se encontra corporizada na definição oficial de pobreza.

Conclusão: O lugar dos novos pobres

O que fazer, portanto com os dados atuais? Podemos confiar neles? A queda do PIB e o crescimento exponencial do desemprego, concomitantemente com a quebra dos rendimentos dos portugueses, seja com origem em transferências sociais, seja com origem nos salários, assim como os aumentos dos impostos, a redução das transferências sociais e a perceção dos responsáveis de instituições de apoio social, são os grandes indicadores que nos permitem inferir a existência de grandes transformações sociais em curso na sociedade portuguesa. Estas transformações vão, inequivocamente, no sentido do empobrecimento geral e a taxa oficial de risco de pobreza não dá conta disso. Neste sentido, a resposta à questão de se podemos confiar nos dados atuais é negativa.

Infelizmente, estes números são os que temos sobre a pobreza em Portugal e o que nos dizem é que esta continua a ser o que se pode designar como um problema estrutural (Batista e Perista, 2010), afetando em maior proporção os mais velhos, os mais novos, os agregados mais numerosos e os mais pequenos, os que estão menos relacionados com o emprego e os menos escolarizados (Batista e Perista, 2010: 5 e ss, Capucha, 2005: 113, Diogo, 2012, Rodrigues, 2007: 195 e ss). Esta estruturalidade da pobreza portuguesa significa que ela é, em boa parte, intergeracional e afeta de forma persistente no tempo os indivíduos pobres (pobreza tradicional).

O que estes valores não nos permitem perceber é se existem novos pobres. As transformações sociais que temos vindo a atravessar de forma acelerada nos últimos anos, e os seus efeitos na estrutura de classes, ainda estão por estudar. Contudo, parece

inegável que a crise, nos seus vários componentes, está a levar à pobreza numerosos indivíduos (e famílias), mesmo os que, pertencendo às classes médias, estavam mais ao abrigo deste fenómeno.

Enfim, o diagnóstico sobre as debilidades dos dados que nos são fornecidos pela definição e taxa oficiais de pobreza (IDEF e, sobretudo, ICOR) parece sólido mas as explicações para as falhas encontradas nesta taxa precisam, claramente, de serem aprofundadas com estudos mais detalhados sobre o problema, quer intensivos, quer extensivos. Estes estudos permitiriam perceber mais claramente o que está mal com a taxa de pobreza e, mais relevante, perceber como se caracteriza e como tem evoluído a pobreza em Portugal. Quer dizer, sem estes estudos não podem ser produzidas políticas eficientes e eficazes de mitigação dos efeitos da pobreza e de redução do número de pobres. E sem estes estudos, todas as discussões teóricas sobre a definição da taxa de pobreza são muito limitadas, porque não estão ancoradas numa realidade em mutação.

Bibliografia

- Accardo, Alain (1991). *Initiation à la sociologie: L'illusionnisme social – Une lecture de Bourdieu*. Bordeaux, Le Mascaret, (ed. reformulada, 1ª ed, 1983).
- Batista, Isabel e Perista, Pedro (2010). “A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção”. In: *Fórum Sociológico*, nº 20, pp. 39/46.
- Bühler-Niederberger, Doris (2010a). “Childhood Sociology: Defining State of the Art and Ensuring Reflection”. In: *Current Sociology*, vol. 58, nº 2, March, pp. 155/164.
- Capucha, Luís (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras, Celta.
- Comissão Europeia, CE (2011). *The Distributional Effects of Austerity Measures: a Comparison of Six EU Countries*. Comissão Europeia.
- Costa, Alfredo Bruto da, Silva, Manuela, Pereirinha, José e Matos, Madalena (1985). *A pobreza em Portugal*. Lisboa: Cáritas.
- D’Agostino, Serge e Duvert, Nicole (2008). *La pauvreté*. Rosny: Bréal.
- Diogo, Fernando (2006). “Para uma crítica dos conceitos de pobreza e exclusão social em contexto português”. In: *Fórum Sociológico*, nº15/16, 2006, pp. 261/276.
- Diogo, Fernando (2007). *Pobreza, trabalho, identidade*. Oeiras: Celta.

- Diogo, Fernando (2012). “A pobreza nos Açores no contexto nacional, resultados do IDEF 2010-2011”. comunicação apresentada ao *IX Encontro de Sociologia dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da UAç, 22 e 23 de Novembro de 2012.
- Estanque, Elísio (2012). *A classe média: ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Eurostat (2012). *At risk of poverty or social exclusion in the EU27 In 2011, 24% of the population were at risk of poverty or social exclusion*. acedido em 18 de Fevereiro de 2013 em <URL: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/3-03122012-AP/EN/3-03122012-AP-EN.PDF .
- Glewwe, Paul e Gaag, Jacques Van der (1989). *Confronting poverty in developing countries: definitions, information and policies*. Washington: World Bank.
- INE (2008). *Despesas das Famílias 2005/2006*. Lisboa: INE.
- INE (2012). *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011*. Lisboa: INE.
- INE (2012b). *Taxa de risco de pobreza foi de 18%, Rendimento e Condições de Vida 2011*. acedido em 18 de fevereiro de 2013 em (*Dados Provisórios*) http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=132814977&DESTAQUESmodo=2 .
- INE (2012c). *Em Portugal o Produto Interno Bruto per capita expresso em Paridades de Poder de Compra situou-se em 77,4 % da média da União Europeia em 2011*. <URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=133546690&DESTAQUESmodo=2 acedido em 13 de dezembro de 2012.
- INE (2013). “Taxa de desemprego de 16,9%” (Estatísticas do Emprego, 4º trimestre de 2012). acedido em 14 de Fevereiro de 2013 em <URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=133401915&DESTAQUESmodo=2 .
- INE (2013b). “Produto Interno Bruto diminuiu 3,8% em volume no 4º trimestre de 2012”. acedido em 14 de fevereiro de 2013 em <URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=133396173&DESTAQUESmodo=2 .
- INE (2013c). “O Índice de Custo do Trabalho diminuiu 14,9% face ao trimestre homólogo de 2011”. acedido em 15 de fevereiro de 2013 em <URL:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUE_Sdest_boui=132813881&DESTAQUESmodo=2 .

- Moscovici, Serge (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Observatório das Desigualdades (2012). “Risco de pobreza: o limiar em Portugal diminuiu para 421 euros”. in <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&lang=pt&id=39> acessado em 11 de Dezembro de 2012.
- Ogien, Ruweu (1983). *Théories ordinaires de la pauvreté*. Paris: PUF.
- Paugam, Serge (1991). *La desqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF.
- Pereira, Elvira (2010a). “Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza”. In: *Fórum Sociológico*, N.º 20 (II Série), pp. 57-66.
- Pereira, Elvira (2010b). *Pobreza e ruralidade: uma análise espacial em Portugal continental*. Dissertação de doutoramento apresentado ao ISEG.
- Pordata (2013). “Taxa de desemprego: total” (INE, Inquérito ao emprego). acessado em 14 de fevereiro de 2013 em <URL: <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> .
- Pordata (2013b). “Taxa de Desemprego 2003-2012” (INE, Inquérito ao emprego). acessado em 14 de fevereiro de 2013 em <URL: <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> .
- Pordata (2013c). “Taxa de crescimento (%) do PIB e PIB per capita a preços constantes (base=2006)”. acessado em 15 de fevereiro de 2013 em <URL: <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> .
- Rodrigues, Carlos Alberto Farinha (2007). *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*, Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, Carlos Farinha (2010). “Outros olhares sobre os indicadores de pobreza”. In: INE, *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa, INE, pp. 115-125.
- Silva, Manuela e Costa, Alfredo Bruto da (coord.) (1989). *A pobreza Urbana em Portugal*. Lisboa: Cáritas.
- Townsend, Peter (1993). *The International Analysis of Poverty*. Hemel Hempstead (Inglaterra): Harvester Wheatsheaf.